



ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: IMPLICAÇÕES PARA A PROMOÇÃO DA EQUIDADE NO SUS

 <https://doi.org/10.56238/levv15n43-048>

Data de submissão: 12/11/2024

Data de publicação: 12/12/2024

Valdir Barbosa da Silva Júnior

UniRV - Universidade de Rio Verde

E-mail: Valdir@unirv.edu.br

Josimá Lima Oliveira

Mestre em Ciência, Tecnologia e Educação

Centro Universitário Vale do Cricaré

São Mateus-ES

E-mail: josima@bol.com.br

Diogo Felipe dos Santos Tobias

Medicina Humana

Universidade Gama Filho - UGF

Cidade-Estado: Brasília DF

E-mail: diogo.tobias@hotmail.com

Akemyly Cristina de Oliveira Viana

Graduanda curso de Enfermagem 8 semestre

Universidade São Francisco- USF

E-mail: akemyly2245@gmail.com

Sabrina Vitória Lima de Oliveira

Acadêmica de Biomedicina

Cesmac

E-mail: biomedicinasabrina@gmail.com

Luís Henrique dos Santos Nogueira

Doutorado

Centro universitário Inta-Uninta

E-mail: Henriqueintegradas@hotmail.com

Rebeca Caroline Tietre de Brito

Graduanda de Enfermagem

Universidade: Unifacisa - Centro Universitário

E-mail: carolinerebeca748@gmail.com

Francisley Higa

Especialista em Saúde Pública com Ênfase em ESF

Faculdade Anhanguera

E-mail: advhiga@gmail.com



João Pedro Machado de Lima

Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN);
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8582-4281>
E-mail: pedromaclima@gmail.com

Alana Sophia dos Santos Iira Freitas

Farmacêutica, mestranda em Saúde Coletiva
UFPB
Castelo Branco, João Pessoa PB
E-mail: Alana.freitas@academico.ufpb.br

Kery Allyne de França Melo

Graduanda em Enfermagem, Faculdades Oswaldo Cruz, São Paulo SP
ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-2184-0279>
E-mail: kerymeloenf@gmail.com

Danielle Daudt de Sousa

Enfer
Unigranrio Afya
E-mail: danielledaudt@hotmail.com

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a importância da Atenção Primária à Saúde (APS) na promoção da equidade no Sistema Único de Saúde (SUS), destacando suas contribuições para a redução das desigualdades em saúde e seu papel no acesso universal aos cuidados. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica mediante o levantamento de artigos nas bases SciELO, PubMed e Google Acadêmico. Os resultados indicaram que a APS, por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF), tem sido fundamental na promoção de um cuidado integral e contínuo, especialmente em áreas vulneráveis, e é eficaz na prevenção de doenças e promoção da saúde. Contudo, desafios como o subfinanciamento, a escassez de profissionais qualificados e a falta de infraestrutura comprometem sua implementação plena, especialmente em regiões mais carentes. A pesquisa conclui que, embora a APS tenha um enorme potencial para reduzir as desigualdades em saúde e melhorar o acesso aos serviços, é necessário um maior investimento e a melhoria da gestão para garantir sua eficácia e universalidade, além da importância da qualificação dos profissionais e da participação ativa da comunidade na gestão da saúde.

Palavras-chave: Saúde. Atenção Primária à Saúde (APS). SUS.

1 INTRODUÇÃO

A Atenção Primária à Saúde (APS) desempenha um papel fundamental no Sistema Único de Saúde (SUS), sendo reconhecida como a porta de entrada preferencial para o acesso aos serviços de saúde no Brasil. Seu modelo de atendimento visa não apenas a resolução de problemas de saúde, mas também a promoção da saúde, a prevenção de doenças e a atenção contínua e integral aos indivíduos e comunidades. A APS é, portanto, um componente essencial para garantir a equidade no SUS, buscando reduzir as desigualdades no acesso aos cuidados de saúde e melhorar as condições de vida da população, especialmente daqueles que se encontram em situações de vulnerabilidade social e econômica (Araújo et al., 2023).

Em um país de dimensões continentais como o Brasil, com marcantes desigualdades regionais e socioeconômicas, a equidade na saúde se torna um desafio permanente. As disparidades no acesso aos serviços de saúde, nas condições de vida e nos determinantes sociais da saúde são barreiras que comprometem a universalidade e a integralidade do SUS. A Atenção Primária à Saúde, ao atuar de maneira próxima às comunidades e por meio de equipes multiprofissionais, busca garantir que as populações mais vulneráveis recebam cuidados de saúde adequados e em tempo oportuno, minimizando as desigualdades existentes (Gama et al., 2021).

A promoção da equidade, portanto, é uma diretriz central na organização do SUS, e a APS tem um papel estratégico para a sua concretização. Por meio da atenção contínua e integrada, a APS não apenas trata doenças, mas também busca reduzir fatores de risco, melhorar a qualidade de vida e proporcionar um atendimento de saúde mais justo, acessível e humanizado. Além disso, ao se basear em práticas como a educação em saúde e a participação comunitária, a Atenção Primária à Saúde contribui para a construção de uma sociedade mais saudável, onde todos, independentemente de sua classe social ou localização geográfica, tenham as mesmas oportunidades de cuidado e de promoção da saúde (Barros et al., 2021).

Dessa forma, este estudo visa analisar a importância da Atenção Primária à Saúde na promoção da equidade no SUS, buscando entender de que maneira esse modelo de atenção pode contribuir para a redução das desigualdades no sistema de saúde brasileiro e para a construção de um SUS mais justo e eficiente. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica mediante o levantamento de artigos nas bases SciELO, PubMed e Google Acadêmico. O levantamento englobou a utilização de palavras-chave em associação com operadores AND e OR.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

As políticas públicas de saúde no Brasil têm como base o Sistema Único de Saúde (SUS), criado pela Constituição de 1988, com o objetivo de garantir a saúde como um direito de todos e um

dever do Estado. O SUS surgiu em um contexto de grande desigualdade no acesso à saúde, com a intenção de promover a universalidade, a equidade e a integralidade dos cuidados, ou seja, que todas as pessoas, independentemente de sua condição social ou localização geográfica, tenham acesso aos serviços de saúde de maneira igualitária (Barros et al., 2021).

A implementação dessas diretrizes se deu por meio de políticas públicas que visam reformular a assistência, priorizando as necessidades da população mais vulnerável. A Constituição de 1988 estabeleceu um marco fundamental para o SUS ao definir a saúde como um direito universal e gratuito. Isso representou uma transformação no modelo de saúde que antes era focado apenas em serviços médicos privados e de assistência pública restrita. O SUS, portanto, propôs uma mudança de paradigma, com a saúde sendo entendida não apenas como a ausência de doenças, mas como um processo contínuo de bem-estar, que envolve fatores sociais, econômicos, culturais e ambientais (Gatti-Reis; Paiva, 2023).

As políticas públicas de saúde passaram a ser desenhadas de forma a refletir essa concepção ampliada de saúde. A partir da criação do SUS, diversas políticas públicas foram formuladas com o objetivo de melhorar o acesso à saúde e a qualidade dos serviços prestados. Entre as principais políticas está a Estratégia Saúde da Família (ESF), implementada nos anos 1990, que busca a cobertura universal através de equipes de saúde que atuam de forma preventiva e integral nas comunidades (Gatti-Reis; Paiva, 2023).

A ESF é considerada um dos pilares do SUS, pois fomenta a promoção da saúde, a prevenção de doenças e a resolução de problemas de saúde em sua origem, antes que se tornem casos mais graves que exigem internação ou tratamentos complexos. A Atenção Primária à Saúde (APS), que é o foco da ESF, é fundamental para garantir a continuidade e a integralidade do cuidado. Ela permite que o SUS atue de maneira mais eficiente, focando na prevenção e no cuidado contínuo, além de reduzir a pressão sobre as unidades de emergência e hospitais, que podem se tornar sobrecarregados quando não há uma atenção primária eficiente. Dessa maneira, a APS não só melhora a qualidade de vida da população, como também reduz custos ao sistema de saúde, promovendo a sustentabilidade do SUS (Santos et al., 2023).

Além da Atenção Primária, o SUS também se baseia em políticas públicas que envolvem a Assistência Farmacêutica, a Rede de Atenção às Urgências e Emergências, e a Rede Cegonha, esta última focada no cuidado à saúde da mulher e da criança. A Assistência Farmacêutica garante o fornecimento gratuito de medicamentos essenciais para o tratamento de doenças, incluindo doenças crônicas como hipertensão e diabetes. A Rede de Atenção às Urgências e Emergências permite o atendimento rápido e eficiente a situações críticas de saúde, com a organização de unidades de pronto atendimento e hospitais de urgência. Outro aspecto importante das políticas públicas de saúde no Brasil é a incorporação de medicamentos, tecnologias e tratamentos no SUS (Araújo et al., 2023).

A Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) tem o papel de avaliar a eficácia e o custo-benefício de novas tecnologias de saúde antes de sua inclusão no sistema, o que garante que os tratamentos oferecidos à população sejam de qualidade, baseados em evidências científicas e com um custo razoável para o sistema. A incorporação de novas tecnologias é essencial para que o SUS se mantenha atualizado e continue oferecendo cuidados de saúde avançados (Araújo et al., 2023).

As políticas públicas também têm se voltado para o enfrentamento das doenças endêmicas e epidemias no Brasil, como o combate à dengue, à malária, à tuberculose e, mais recentemente, à COVID-19. Em relação à COVID-19, o SUS teve um papel fundamental na implementação de estratégias de testagem, vacinação e manejo clínico da doença em nível nacional. A capacidade do SUS de coordenar e implementar políticas públicas de resposta rápida a emergências sanitárias reflete a sua importância como sistema de saúde universal, que é capaz de atender a toda a população em momentos de crise (Gatti-Reis; Paiva, 2023).

Além das políticas voltadas para o atendimento direto à saúde, o SUS também é responsável pela formulação de políticas de saúde pública, como a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), que busca melhorar as condições de vida e reduzir os determinantes sociais que impactam a saúde, como a pobreza, a falta de saneamento básico e a violência. A PNPS trabalha de forma integrada com outras políticas públicas, como as de educação, assistência social e segurança alimentar, para promover a saúde em sua dimensão mais ampla, prevenindo doenças e promovendo o bem-estar da população (Barros et al., 2021).

A descentralização também é um princípio fundamental do SUS, que visa levar os serviços de saúde mais próximos da população, com a gestão sendo compartilhada entre a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal. Essa descentralização tem como objetivo a adaptação dos serviços às necessidades específicas de cada região, considerando as características socioeconômicas, culturais e demográficas da população local. A descentralização permite que o SUS seja mais eficiente e eficaz, uma vez que as autoridades locais têm maior conhecimento das necessidades de saúde de suas comunidades e podem atuar de forma mais direcionada (Maziero et al., 2020).

No entanto, a implementação das políticas públicas de saúde do SUS enfrenta vários desafios. A falta de financiamento adequado e a sobrecarga do sistema são questões recorrentes. Apesar do SUS ser um sistema universal e gratuito, o financiamento público para a saúde ainda é insuficiente para atender a todas as demandas da população. A escassez de recursos e a gestão ineficiente em alguns municípios acabam comprometendo a qualidade do atendimento e o alcance das políticas públicas. A fragmentação e a desigualdade regional também são problemas persistentes (Araújo et al., 2023).

Em algumas regiões do Brasil, especialmente nas áreas rurais e nas periferias urbanas, a falta de infraestrutura e a dificuldade de acesso aos serviços de saúde são barreiras significativas para a

efetivação das políticas públicas de saúde. A discrepância na qualidade dos serviços de saúde entre as diferentes regiões do Brasil gera um ciclo de desigualdade que dificulta a promoção da equidade no SUS. Ademais, a formação e capacitação dos profissionais de saúde é um aspecto central para o sucesso das políticas públicas. A constante atualização dos profissionais e a adoção de modelos de gestão que incentivem a integração entre os diversos níveis de atenção são fundamentais para garantir que o SUS funcione de forma eficiente e resolutiva (Gama et al., 2021).

A educação permanente para os profissionais da saúde deve ser parte integrante das políticas de saúde, pois ela contribui para a melhoria da qualidade do atendimento e da gestão do sistema. A participação social também é um pilar do SUS. As Conferências de Saúde e os Conselhos de Saúde são espaços fundamentais para o controle social, garantindo que a população tenha voz ativa na formulação e na fiscalização das políticas públicas de saúde. A participação popular é essencial para que as políticas sejam alinhadas às reais necessidades da população e para que o sistema seja constantemente aprimorado (Maganhoto; Brandão; Aragão, 2022).

Em síntese, as políticas públicas de saúde e o SUS são instrumentos essenciais para garantir que a saúde seja um direito universal e que todos os cidadãos, independentemente de sua classe social ou localização, possam ter acesso a cuidados de saúde de qualidade. O SUS, com sua proposta de universalidade, integralidade e equidade, representa uma conquista histórica para o Brasil, mas também enfrenta desafios complexos relacionados ao financiamento, à gestão e à desigualdade regional. Para garantir que o SUS continue cumprindo seu papel de promover a saúde para todos, é necessário fortalecer as políticas públicas, aumentar o financiamento e melhorar a gestão e a qualidade dos serviços prestados à população (Figueredo; Matos, 2022).

2.2 ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS)

A Atenção Primária à Saúde (APS) é considerada a espinha dorsal do Sistema Único de Saúde (SUS), desempenhando um papel fundamental na promoção da saúde, na prevenção de doenças e na organização do cuidado integral e contínuo aos indivíduos e às comunidades. Ela é a primeira porta de entrada para os serviços de saúde e tem como objetivo oferecer uma assistência integral, resolutiva e de proximidade, o que a torna um instrumento chave na construção de um SUS mais acessível, equânime e eficiente (Figueredo; Matos, 2022).

O conceito de Atenção Primária à Saúde vai além da simples atenção às doenças. Ela engloba a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o diagnóstico precoce e o acompanhamento contínuo das condições de saúde da população. A APS atua não apenas tratando doenças, mas trabalhando também com a identificação e manejo de fatores de risco, como sedentarismo, tabagismo, hipertensão, diabetes, e doenças infecciosas, buscando evitar que esses problemas evoluam para quadros mais

graves e complexos. Esse modelo preventivo e resolutivo contribui para a redução de complicações e internações, promovendo a qualidade de vida da população (Barros et al., 2021).

A Estratégia Saúde da Família (ESF) é o principal componente da Atenção Primária à Saúde no Brasil e tem se consolidado como uma das políticas mais importantes dentro do SUS. A ESF consiste em equipes multiprofissionais compostas por médicos, enfermeiros, agentes comunitários de saúde, dentistas e outros profissionais, que atuam de maneira integrada nas comunidades, oferecendo um cuidado mais próximo, contínuo e personalizado aos pacientes. Essas equipes são responsáveis por monitorar as condições de saúde da população cadastrada em suas áreas de atuação, realizando atendimentos em unidades básicas de saúde e também nas casas das famílias (Araújo et al., 2023).

A APS se caracteriza pela integralidade do cuidado, ou seja, busca atender o paciente de forma holística, considerando todas as suas necessidades de saúde, sejam elas físicas, emocionais ou sociais. A abordagem integral permite que o profissional de saúde compreenda as condições do indivíduo em seu contexto familiar e comunitário, proporcionando um cuidado que vai além da doença e contempla a promoção da saúde e o bem-estar. Isso é especialmente importante em um país como o Brasil, com grandes desigualdades sociais e regionais, pois a APS pode atuar de forma a reduzir essas desigualdades, levando o cuidado a populações em situação de vulnerabilidade (Maganhoto; Brandão; Aragão, 2022).

Além disso, a APS tem um papel crucial na coordenação do cuidado em saúde. Isso significa que, quando o paciente necessita de um atendimento especializado ou hospitalar, o profissional de saúde da APS orienta, encaminha e acompanha o paciente ao longo do processo. Essa coordenação melhora a continuidade do cuidado, evita a fragmentação do atendimento e torna o sistema de saúde mais eficiente. A APS também tem a capacidade de resolver a maioria das demandas de saúde da população, evitando a sobrecarga dos serviços de urgência e emergência, que muitas vezes são usados indevidamente devido à falta de acesso à APS (Gama et al., 2021).

A promoção da saúde é outro aspecto fundamental da Atenção Primária. A APS vai além do tratamento de doenças e se dedica a melhorar as condições de vida da população por meio de ações educativas, atividades comunitárias e campanhas de prevenção. A educação em saúde, por exemplo, busca sensibilizar os indivíduos sobre os fatores que impactam sua saúde, como alimentação saudável, práticas de exercício físico e a importância da vacinação. O objetivo é fortalecer o autocuidado e a responsabilização da comunidade pela sua própria saúde, criando uma cultura de prevenção e bem-estar (Barros et al., 2021).

A Atenção Primária à Saúde também é fundamental para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), como hipertensão, diabetes, obesidade, doenças cardiovasculares, entre outras. Essas doenças têm se tornado cada vez mais prevalentes no Brasil, principalmente devido ao estilo de vida urbano, alimentação inadequada e falta de atividade física. A APS atua no

monitoramento, no tratamento e na prevenção dessas condições, promovendo uma gestão contínua da saúde e evitando complicações graves que exigiriam tratamentos de alta complexidade. A abordagem de longo prazo oferecida pela APS também contribui para uma maior adesão ao tratamento e um melhor controle das doenças crônicas (Maganhoto; Brandão; Aragão, 2022).

Outro ponto importante é que a Atenção Primária à Saúde também busca abordar os determinantes sociais da saúde, ou seja, fatores como moradia, educação, saneamento básico, renda e acesso a serviços de saúde. Essas questões impactam diretamente a saúde das pessoas, e a APS atua para identificar esses determinantes e atuar de maneira integrada com outras políticas públicas, como as de assistência social, educação e habitação. A APS, portanto, tem um caráter interdisciplinar, envolvendo uma atuação conjunta de diversas áreas para promover a saúde e prevenir doenças de maneira mais ampla (Gama et al., 2021).

A APS também se destaca pelo seu caráter comunitário e participativo. O modelo de saúde centrado na comunidade promove o fortalecimento dos vínculos entre os profissionais de saúde e a população atendida. A atuação em territórios específicos, o conhecimento das necessidades de saúde da comunidade e a participação ativa da população nos cuidados de saúde contribuem para um atendimento mais eficaz e personalizado. A presença constante dos profissionais da saúde nas comunidades facilita a identificação precoce de problemas de saúde e permite uma resposta mais rápida às necessidades da população (Figueredo; Matos, 2022).

Apesar de todos os avanços conquistados, a Atenção Primária à Saúde ainda enfrenta desafios significativos, como o subfinanciamento e a desigualdade no acesso. Em muitas regiões do Brasil, especialmente nas áreas rurais e periféricas, os serviços de APS são limitados ou inexistentes, o que compromete a universalidade e a equidade do sistema de saúde. Além disso, a falta de recursos humanos qualificados e de infraestrutura adequada em algumas unidades básicas de saúde dificulta a implementação plena da APS, o que leva a uma redução da qualidade do atendimento e ao aumento das desigualdades no acesso ao cuidado (Barros et al., 2021).

Outro desafio é a escassez de médicos e profissionais de saúde em áreas remotas e periféricas, o que agrava o problema da concentração de serviços de saúde em grandes centros urbanos. Para superar essa dificuldade, o Brasil tem adotado políticas como o Programa Mais Médicos e a ampliação de cursos de formação em medicina e outras áreas da saúde em regiões menos atendidas, com o intuito de melhorar a distribuição de profissionais e garantir a cobertura das populações mais vulneráveis (Maganhoto; Brandão; Aragão, 2022).

A gestão da Atenção Primária à Saúde também exige um monitoramento constante e a avaliação dos serviços prestados. A utilização de tecnologias de informação e de sistemas de saúde integrados é crucial para garantir que o acompanhamento dos pacientes seja realizado de forma eficiente, com dados atualizados e acessíveis a todos os profissionais envolvidos no cuidado. A informatização das unidades

básicas de saúde e a utilização de prontuários eletrônicos são ferramentas importantes para garantir a continuidade do atendimento e melhorar a comunicação entre as equipes de saúde (Guedes; Silva, 2023).

2.3 ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E A IMPORTÂNCIA NA PROMOÇÃO DA EQUIDADE NO SUS

A Atenção Primária à Saúde (APS) desempenha um papel essencial na promoção da equidade no Sistema Único de Saúde (SUS), sendo fundamental para garantir o acesso universal e igualitário aos cuidados de saúde. A equidade no SUS busca reduzir as desigualdades existentes entre diferentes grupos sociais e regiões, assegurando que as populações mais vulneráveis tenham acesso aos serviços de saúde de forma justa e com a mesma qualidade que as demais. Nesse contexto, a APS, por ser a porta de entrada preferencial para o SUS, se apresenta como um modelo de atenção que pode transformar a dinâmica de acesso à saúde e promover a justiça social (Figueredo; Matos, 2022).

A principal característica da APS é seu caráter universal e integral, já que visa atender a toda a população, sem discriminação, e de forma contínua, abordando todas as dimensões da saúde do indivíduo. A APS foca não apenas no tratamento de doenças, mas também na promoção da saúde e na prevenção de condições adversas. Este modelo de cuidado é especialmente relevante para a população em situação de vulnerabilidade social, pois muitas dessas condições estão diretamente relacionadas aos determinantes sociais da saúde, como a pobreza, o acesso limitado a educação, alimentação inadequada e a falta de saneamento básico. Ao focar nessas questões, a APS atua como um fator de redução das desigualdades, levando saúde de qualidade para as comunidades mais afastadas dos grandes centros urbanos (Araújo et al., 2023).

Além disso, a APS promove a equidade por meio de uma abordagem descentralizada, o que permite a adaptação dos serviços às necessidades de saúde específicas de cada território. No Brasil, o SUS é caracterizado pela descentralização da gestão, onde a União, os Estados e os Municípios compartilham responsabilidades na oferta de serviços. A APS se organiza, portanto, com base nas particularidades locais, levando em consideração as condições de saúde de cada região, o que permite um atendimento mais direcionado e eficaz. Em áreas mais carentes, como periferias urbanas ou zonas rurais, a atuação da APS é crucial para que as populações mais vulneráveis não sejam excluídas do sistema de saúde (Guedes; Silva, 2023).

Outro aspecto importante da APS na promoção da equidade no SUS é o seu foco na promoção da saúde e na prevenção de doenças. Ao adotar uma abordagem preventiva, a APS permite que problemas de saúde sejam detectados precocemente, antes que se tornem graves e custosos, o que pode reduzir as disparidades no acesso ao cuidado de saúde. A detecção precoce de doenças como hipertensão, diabetes, câncer e doenças respiratórias, por exemplo, tem um impacto significativo na

qualidade de vida e no prognóstico dos pacientes, além de contribuir para o fortalecimento de um sistema de saúde mais eficiente e menos sobrecarregado (Guedes; Silva, 2023).

A Estratégia Saúde da Família (ESF) é um modelo que fortalece ainda mais o papel da APS na promoção da equidade. A ESF se caracteriza pela atuação de equipes multiprofissionais nas comunidades, que realizam atendimentos domiciliares e acompanhamentos contínuos das condições de saúde da população. Isso garante que as famílias em situação de vulnerabilidade social recebam cuidados médicos, psicológicos e sociais adequados, muitas vezes no conforto de suas casas, sem a necessidade de deslocamentos para unidades de saúde distantes (Figueredo; Matos, 2022).

A ESF também possibilita o fortalecimento dos vínculos entre os profissionais de saúde e a comunidade, promovendo uma saúde mais humanizada e ajustada às necessidades específicas de cada local. A APS também é fundamental na coordenação do cuidado, assegurando que o paciente tenha acesso ao atendimento especializado quando necessário, e que haja uma integração entre os diversos níveis de atenção. Essa coordenação é crucial para reduzir a fragmentação do atendimento e melhorar a continuidade do cuidado, o que pode ser um fator decisivo na prevenção de complicações de saúde e no gerenciamento de doenças crônicas (Gama et al., 2021).

Um dos principais desafios na promoção da equidade por meio da APS é a questão do financiamento. Embora o modelo da APS seja altamente eficaz na promoção da saúde e na prevenção de doenças, ele exige investimentos significativos em recursos humanos, infraestrutura e tecnologias. A escassez de recursos pode prejudicar a implementação plena desse modelo, especialmente em áreas mais carentes e em regiões onde há uma maior necessidade de serviços de saúde. O financiamento adequado da APS é, portanto, uma condição essencial para garantir que todas as pessoas tenham acesso igualitário aos cuidados de saúde, independentemente de sua localização geográfica ou situação socioeconômica (Araújo et al., 2023).

Além disso, a formação e qualificação dos profissionais de saúde é outro fator crucial para o sucesso da APS na promoção da equidade. A atuação de profissionais capacitados, que compreendem a realidade local e estão preparados para lidar com as especificidades das populações atendidas, é fundamental para oferecer um atendimento de qualidade e que respeite as particularidades culturais e sociais. A educação permanente dos profissionais de saúde, com foco na integração da APS ao modelo de saúde comunitária e na promoção da saúde, contribui para que o SUS consiga efetivamente atender à população com equidade (Barros et al., 2021).

A participação da comunidade na gestão da saúde também é uma estratégia que fortalece a equidade no SUS e na APS. A criação de espaços de controle social, como os Conselhos de Saúde e as Conferências de Saúde, permite que a população se envolva diretamente nas decisões sobre a organização e as prioridades dos serviços de saúde, garantindo que as políticas sejam mais alinhadas às necessidades das pessoas. A participação social é um aspecto central da proposta do SUS, e na APS,

ela se torna uma ferramenta importante para garantir que as intervenções de saúde atendam às demandas locais e sejam adequadas às realidades das comunidades (Gama et al., 2021).

A APS também tem um papel importante na redução das desigualdades em saúde ao atuar de forma a diminuir a distância entre os serviços de saúde e as populações mais distantes. Ao focar em uma cobertura universal e em estratégias de territorialização, a APS assegura que os serviços de saúde cheguem aos bairros periféricos, zonas rurais e outras áreas com menos acesso à saúde, fazendo com que o SUS seja, de fato, um sistema universal. Essa proximidade facilita o acesso contínuo ao cuidado e evita que as pessoas precisem recorrer aos serviços de urgência e emergência, sobrecarregando o sistema (Barros et al., 2021).

Por fim, a APS contribui para uma melhor organização do SUS como um todo. Ao ser a base da pirâmide de atendimento, a APS facilita a estruturação dos outros níveis de atenção, como a atenção secundária e terciária. Ao garantir que a maioria das necessidades de saúde sejam atendidas de maneira resolutiva na APS, o sistema de saúde como um todo se torna mais eficiente e menos sobrecarregado, proporcionando mais qualidade no atendimento e maior satisfação para a população. Isso é particularmente importante em um país de grande extensão territorial e com desigualdades tão marcantes, como o Brasil (Figueredo; Matos, 2022).

A Atenção Primária à Saúde é uma das principais ferramentas para a promoção da equidade no SUS, pois é capaz de garantir o acesso universal à saúde, focar na prevenção e promoção da saúde, e adaptar o cuidado às necessidades específicas das populações mais vulneráveis. A APS, quando bem implementada e financiada, tem o potencial de reduzir as desigualdades em saúde, promovendo um atendimento mais justo, humano e eficiente para todos, sem discriminação (Guedes; Silva, 2023).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre a importância da Atenção Primária à Saúde (APS) na promoção da equidade no Sistema Único de Saúde (SUS) evidenciou o papel central da APS no fortalecimento do SUS como um sistema de saúde universal, acessível e igualitário. Ao analisar as práticas e os desafios da APS, foi possível observar que esse modelo de cuidado tem um impacto significativo na redução das desigualdades em saúde, especialmente quando se trata de garantir o acesso a serviços de saúde para as populações mais vulneráveis, como aquelas em situação de pobreza, moradoras de áreas periféricas ou rurais, e grupos sociais marginalizados.

A APS, ao focar na promoção da saúde, na prevenção de doenças e no atendimento integral, oferece uma estratégia eficaz para enfrentar as disparidades no acesso à saúde, que historicamente afetam as populações em contextos de vulnerabilidade. A Estratégia Saúde da Família (ESF), um dos pilares da APS, demonstrou ser uma abordagem eficaz para promover a equidade ao trabalhar diretamente nas comunidades, oferecendo cuidados de saúde continuados e integrados, além de atuar

em parceria com a população para resolver as questões locais de saúde. A atuação das equipes multiprofissionais da APS, que incluem médicos, enfermeiros, agentes comunitários de saúde, dentistas e outros profissionais, tem mostrado ser um fator essencial para garantir a cobertura universal e a qualidade do atendimento nas áreas mais distantes dos grandes centros urbanos.

No entanto, a pesquisa também revelou que, apesar dos avanços significativos, a APS ainda enfrenta desafios críticos que podem comprometer sua capacidade de promover equidade de maneira plena. A falta de financiamento adequado, a escassez de profissionais qualificados em determinadas regiões, a precariedade das infraestruturas de saúde e as desigualdades regionais persistem como obstáculos a uma implementação eficaz e universalizada da APS. A sobrecarga do sistema e a falta de recursos em algumas áreas do país acabam comprometendo o alcance e a qualidade do atendimento, criando disparidades no acesso ao cuidado e na continuidade do tratamento. Essas dificuldades indicam que, para que a APS cumpra seu papel de promover a equidade, é necessário que o SUS receba investimentos contínuos e que haja uma melhoria na gestão dos recursos destinados à saúde.

Além disso, a pesquisa evidenciou a importância da formação contínua e da qualificação dos profissionais de saúde, não apenas em termos de conhecimento técnico, mas também no que se refere à compreensão das realidades sociais e culturais das comunidades atendidas. A educação permanente dos profissionais da APS é fundamental para que o atendimento seja mais sensível e adequado às necessidades específicas das populações vulneráveis, contribuindo para um cuidado mais humanizado e resolutivo. Outro aspecto importante ressaltado foi o papel da participação social na promoção da equidade. A construção de uma saúde pública mais igualitária exige a participação ativa da comunidade nas decisões sobre a gestão dos serviços de saúde.

A atuação dos Conselhos de Saúde e as Conferências de Saúde são instrumentos fundamentais para garantir que as políticas de saúde atendam às reais necessidades da população, permitindo que as políticas públicas de saúde se tornem mais eficazes e adequadas aos contextos locais. A APS, quando bem estruturada e implementada, tem o potencial de transformar o SUS em um sistema ainda mais justo, eficiente e inclusivo. A promoção da saúde, a prevenção de doenças e o cuidado contínuo e integral às pessoas em suas comunidades são ações fundamentais para a construção de uma sociedade mais saudável e equitativa. Para que isso seja possível, é essencial que o SUS continue a ser fortalecido, com uma maior alocação de recursos financeiros, o aprimoramento da formação dos profissionais de saúde e a melhoria da infraestrutura de saúde nas regiões mais carentes.

Em síntese, a pesquisa conclui que a Atenção Primária à Saúde é um instrumento estratégico para a promoção da equidade no SUS, e sua eficácia depende de uma abordagem integrada que envolva não apenas a prestação de cuidados médicos, mas também a superação de determinantes sociais da saúde, como condições de moradia, saneamento, educação e acesso ao trabalho. A APS, quando efetivamente aplicada, pode ser a chave para a construção de um sistema de saúde verdadeiramente



universal, que não só trate doenças, mas que também contribua para a redução das desigualdades sociais e para o bem-estar da população, promovendo saúde, qualidade de vida e justiça social para todos.



REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, K. M. de B. et al. Impactos das Ações de Liderança entre a Equipe Multiprofissional no Âmbito da Atenção Básica de Saúde. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, [S. l.], v. 5, n. 4, p. 699–712, 2023.
- BARROS, D. F. de. et al. Leadership of Nurses in Primary Health Care: An integrative review. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 10, n. 1, p. e26110110099, 2021.
- BRITO, J. D. Q. et al. Percepção de enfermeiros sobre as práticas colaborativas interprofissionais na atenção básica em Palmas (TO). *Saúde e Pesquisa*, v. 15, n. 4, ed. 10737. 2022.
- GATTI-REIS, L.; PAIVA, S. M. Iniquidade de gênero e atenção à saúde no Brasil: em busca de equidade, diversidade e liderança. *Rev. APS*, 2023.
- FIGUEREDO, R. C.; MATOS, M. A. Liderança do enfermeiro na Estratégia Saúde da Família: algumas características, percepções e sentimentos. *REVISTA CEREUS*, v. 14, n. 3, p. 150-167, 19 out. 2022.
- GAMA, C. A. P. et al. Os profissionais da Atenção Primária à Saúde diante das demandas de Saúde Mental: perspectivas e desafios. *Revista Interfaces*, 2021.
- GUEDES, T. A.; SILVA, F. S. GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL À LUZ DA TEORIA DA BUROCRACIA: ESCASSEZ DE MÉDICOS ESPECIALISTAS E DESIGUALDADE REGIONAL DE ACESSO. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 13, n. 37, p. 111–129, 2023
- MAGANHOTO, A. M. S.; BRANDÃO. T. P.; ARAGÃO. Qualidade de vida no trabalho de profissionais da atenção básica. *Rev. enferm. UFPE*, 2022.
- MAZIERO, V. G. et al. Aspectos positivos da liderança autêntica no trabalho do enfermeiro: revisão integrativa. *Rev Bras Enferm.*, 2020.
- SANTOS, L. C. et al. Liderança e comportamento empoderador: compreensões de enfermeiros-gerentes na Atenção Primária à Saúde. *Acta Paul Enferm.*, 2023.